



PREFEITURA DE VILHENA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA

TERMO DE REFERÊNCIA016/2024/FCV

(Art. 6º, Inciso XXIII da Lei 14.133/2021)

1. INTRODUÇÃO:

1.1.O presente **Termo de Referência** tem por finalidade normatizar, disciplinar e definir, através dos procedimentos legais e pertinentes, os elementos que nortearão a contratação de empresa especializada em vidraçaria para futura confecção e instalação de vidros temperados para porta da biblioteca e janela da cozinha para atendimento das demandas elencadas, e para suprir as necessidades da Fundação Cultural de Vilhena – FCV.

1.2.A contratação será através de DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA, fundamentado na **Lei nº 14.133/2021**, a qual institui normas para licitações e contratos administrativos.

1.3. A escolha da modalidade de **Dispensa de Licitação** para a realização desta contratação justifica-se pela emergência em repor a porta danificada, onde a biblioteca da FCV encontra-se fechada com um folhão de MDF em razão do vidro da porta ter estourado através de um fenômeno natural, e o valor ser inferior ao limite estipulado pela Lei, conforme preceitua o **Artigo 75º, Inciso II da Lei 14.133/2021** e em conformidade com os valores atualizados pelo **Decreto de nº 11.871/2023**.

1.4.O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste instrumento.

2. ORGÃO SOLICITANTE:

2.1.20- Fundação Cultural de Vilhena

3.DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea j, Art. 92º, Inciso VIII da Lei 14.133/2021):

3.1. Órgão:20 – Secretaria Municipal de Agricultura;

3.2. Unidade: 20.001 Fundação Cultural de Vilhena;

3.3. Função:13- Cultura;

3.4. Sub Função: 122 Administração Geral;

3.5. Programa: 0003 Apoio Administrativo;

Elaborado por: Geane Beltrani dos Santos

Coordenadora de Relacionamentos Intitucionais – Mat. N°84



PREFEITURA DE VILHENA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA

3.6. Projeto/Atividade:2142 Manutenção das Atividades Administrativas;

3.7. Despesa: 3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica;

3.8. Desdobramento:99 – material permanente ;

3.9. Fonte de recursos:25000000 – Recursos não vinculados de impostos, Exercícios Anteriores;

4. OBJETO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea a, Art. 92º, Inciso I da Lei 14.133/2021):

4.1.Contratação de empresa especializada em vidraçaria para futura confecção e instalação de vidros temperados na porta da biblioteca e na janela da cozinha danificadas, conforme especificações técnicas a seguir, para suprir as necessidades da Fundação Cultural de Vilhena – FCV.

5. JUSTIFICATIVA (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea b da Lei 14.133/2021):

Justificamos a contratação de empresa especializada para confecção de vidros temperados para atender as necessidades de emergência da Fundação Cultural de Vilhena, pois como órgão gestor público de Cultura na cidade de Vilhena, cabe à FCV, segundo a Lei Complementar nº 183/2012, as seguintes competências:

*“[...]formular, executar e avaliar a política e as diretrizes culturais no Município para a promoção da cidadania e cultura; **incentivar, difundir, promover a prática e o desenvolvimento das atividades, dos eventos culturais e as festividades comemorativas;** resgatar, conservar, administrar e difundir o patrimônio cultural, histórico, documental, arquitetônico e natural de Vilhena; promover cursos nos diversos ramos da cultura; promover, apoiar e patrocinar pesquisas históricas e culturais; **possibilitar o acesso aos bens e manifestações culturais, democratizando a informação e estimulando a formação cultural.**”*

No dia 6 de outubro de 2024, um evento inesperado e natural ocorreu na danificação de uma das folhas da porta da biblioteca da Fundação Cultural, provocada por um choque térmico. Desde então, a entrada da biblioteca tem sido protegida por um folheado de compensado, uma solução provisória que se tornou necessária para garantir a segurança dos bens ali guardados. Além disso, é importante ressaltar que, durante a realização da limpeza dos matos ao redor da Fundação, uma pedra voou e atingiu uma das folhas da janela da cozinha, causando uma trinca no vidro. Embora a ação de limpeza seja essencial para a manutenção do espaço, o incidente acidental ocorreu. Diante dessas situações, a substituição da porta da biblioteca e do vidro da janela da cozinha não é apenas uma questão de estética, mas uma medida vital para garantir a segurança e a integridade dos ambientes da Fundação Cultural.

Após levantamento técnico e econômico do vidro temperado atende às exigências de levantamento técnico e econômico, a escolha do vidro temperado atende às exigências de resistência e durabilidade. A substituição garantirá o ciclo de vida adequado do material.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Elaborado por: Geane Beltrani dos Santos

Coordenadora de Relacionamentos Intitucionais – Mat. N°84



PREFEITURA DE VILHENA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA**

6.1. A solução envolve o fornecimento e instalação de duas folhas de vidro temperado transparente, com as seguintes especificações:

6.2. Folha de vidro temperado da porta da biblioteca, dimensões 2,48m (altura x 1,00m (largura) x 10mm (espessura), Folha de vidro temperado da janela da cozinha, dimensões 94cm (altura) x 50cm (largura);

6.3. Vidro temperado, conforme a norma técnica NBR 7199;

6.4. Bordas com acabamento lapidado para evitar acidentes;

6.5. Tratamento de segurança: incluir película de proteção em caso de quebra acidental.

6.6. O vidro temperado será utilizado diariamente em uma porta de grande circulação de pessoas, e em uma janela devendo garantir a transparência, resistência a impactos e segurança.

6.7. O tempo de vida útil esperado do material, considerando as condições normais de uso e manutenção, é de no mínimo 10 anos.

6.8. O vidro requer pouca manutenção regular, sendo necessário apenas limpeza e inspeções periódicas para garantir sua integridade.

6.9. O vidro temperado utilizado poderá ser reciclado ao final de sua vida útil, reduzindo o impacto ambiental. O fornecedor deverá apresentar certificado de sustentabilidade do material utilizado e as orientações para descarte.

7. DO RECEBIMENTO DO OBJETO (Art. 92º Inciso VII da Lei 14.133/21):

7.1. Os objetos dessa licitação será recebido pela Comissão de Recebimento da Fundação Cultural de Vilhena, para fins de conferência do critério quantitativo, com a utilização de carimbo e assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica, devidamente datado e assinado.

7.2. Após o recebimento dos serviços, será verificada pela comissão de recebimento da FCV, a conformidade dos objetos propostos e entregue com as especificações contidas na Nota de Empenho.

7.3. Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, do serviço entregue deverá ser substituído, por conta e ônus da CONTRATADA, não considerados como prorrogação do prazo de entrega. Esse processo de verificação de compatibilidade será também aplicado ao objeto encaminhado pela licitante em substituição, e somente após o cumprimento dessa etapa, será o objeto da licitação definitivamente recebido e aceito.

7.4. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de garantia do produto, quando da utilização desse material.

Elaborado por: Geane Beltrani dos Santos

Coordenadora de Relacionamentos Intitucionais – Mat. N°84



PREFEITURA DE VILHENA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA

7.5. Fica designado o servidor Daniel Galvan Pivetta – Chefe de Programa Projetos e Captação de Recursos – matrícula nº 91 lotado nesta FCV – Fundação Cultural de Vilhena, como fiscal do contrato para fiscalizar o recebimento dos serviços contratados.

8. ESTIMATIVA DE CONSUMO (Art. 40º da Lei 14.133/2021):

8.1. Conforme Processo nº 1290/2023 e Nota de Empenho nº 16/2023, estimamos um valor para atender a esta FCV.

8.2. Justificamos o aumento dos gastos devido às medidas diversas das folhas de vidro temperado dos orçamentos terem sido realizados em anos diferentes, com reajustes de preços.

Planilha de Demonstração do Histórico de Consumo			
PROCESSO/ANO	EMPENHO	VALOR	LIQUIDAÇÃO
1290/2023	16/2023	R\$ 250,00	R\$250,00

9. ESTIMATIVA DE VALOR (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea i da Lei 14.133/2021):

9.1. Conforme prévias de cotações feitas no comércio local pela servidora Geane Beltrani dos Santos, no mês de outubro nas empresas Arruda Comércio, Visual Vip LTDA, Vidraçaria Catarina e, considerando a busca de uma quarta cotação através do Banco de Preços. **O valor estimado do CONTRATO é de R\$ 2.599,06 (dois mil quinhentos e noventa e nove reais e seis centavos).**

Item	Item almo	Especificações	Unidad e	quant.	Valor total
1	123960	Aquisição de 1 folha de porta de vidro temperado, medindo 2,48m de altura x 1m de largura, (com instalação).	SRV.	1	R\$ 2.162,56
2	123961	Aquisição de vidro temperado para janela da cozinha, 1 folha fixa incolor, medindo 94cm de altura x 50cm de largura. (com instalação)	SRV.	1	R\$ 436,50

10. FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA (Art. 6º Inciso XXIII Alínea e; Art. 40º §1º Inciso II e Art. 92º Inciso VII da Lei 14.133/21):

10.1. A execução do serviço será de forma ordinária, tendo prazo de 30 (trinta) dias para executar, a contar da emissão da nota de empenho.

Elaborado por: Geane Beltrani dos Santos
Coordenadora de Relacionamentos Intitucionais – Mat. N°84



PREFEITURA DE VILHENA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA**

10.2. A empresa CONTRATADA deverá promover o serviço dentro dos padrões de qualidade exigidos por lei e por este **Termo de Referência e seus anexos**.

10.3. A Empresa deverá atender as normas e regulamentações técnicas exigidas por lei e por **este Instrumento e seus anexos**, sendo que o serviço entregue considerado inadequado, de inferior qualidade ou que não atende às exigibilidades previstas será recusado e devolvido.

10.4. O fornecimento do **serviço** deverá ocorrer somente após a emissão e o recebimento da Nota de Empenho e/ou contrato.

10.5. Os vidros temperados deverão ser entregues e instalados em perfeitas condições de uso e aproveitamento na Fundação Cultural de Vilhena/RO, sito à Av. Tancredo Neves, nº 3845, Bairro Jardim América, em Vilhena/RO, CEP 76.980-731, em horário de expediente (07:00 as 13:00 horas), em conformidade com o disposto na Instrução Normativa n. 002/2015/CGM, após a emissão e recebimento da nota de empenho, contrato (ou equivalente), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, correndo por conta da contratada as despesas decorrentes de fretes, embalagens, seguros, etc., **não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância do setor solicitante.**

10.6. Entregar os materiais em embalagem original, devendo promover a substituição imediata, quando o produto apresentar deterioração, alterações na cor e aspectos diferentes das características naturais durante o período de sua validade.

11. PAGAMENTO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea g; Art. 92º Inciso V e Capítulo X – Dos Pagamentos da Lei 14.133/21):

11.1. O pagamento da empresa contratada será realizado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal, através de transferência bancária em conta corrente (**Art. 142º da Lei 14.133/21**), mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo Presidente da FCV e pelo Gerente de Almoxarifado, conforme conferência pelo Controle Interno.

11.2. As notas fiscais deverão conter a descrição do **objeto**, conforme nota de empenho, constar os dados bancários, estar em nome da CONTRATANTE, e deverão estar acompanhadas de comprovante de regularidade (certidão negativa) perante a Fazenda Federal, inclusive relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), CNDT e ISS Municipal no caso de prestação de serviços.

11.3. A fatura/nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida a CONTRATADA para retificação e reapresentação acrescentando-se, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

11.4. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus a CONTRATANTE.

Elaborado por: Geane Beltrani dos Santos

Coordenadora de Relacionamentos Institucionais – Mat. N°84



PREFEITURA DE VILHENA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA**

11.5. Se, por qualquer motivo alheio à vontade da CONTRATANTE, for paralisada a entrega do **objeto**, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

11.6. Não caberá pagamento de atualização financeira à CONTRATADA caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva desta.

11.7. No caso de pendência de liquidação de obrigações pela CONTRATADA, em virtude de penalidades impostas, a CONTRATANTE poderá descontar de eventuais faturas devidas ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

11.8. A CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

a) Existência de qualquer débito para com a CONTRATANTE;

b) Se o **serviço** entregue não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

11.9. Para fazer jus ao pagamento a empresa deverá manter todas as condições da habilitação, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais da documentação mencionada no **Art. 68º da Lei 14.133/21**, além do contrato devidamente assinado e publicado.

11.10. No caso de incorreção em qualquer dos documentos apresentados será o mesmo devolvido a CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento.

11.11. A CONTRATANTE não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem (**Art. 145º da lei 14.133/21**).

12. DO CONTRATO E PRAZO DE EXECUÇÃO(Art. 6º Inciso XXIII Alínea f; e Título III – Contratos Administrativos da Lei 14.133/2021):

12.1. O termo de Contrato não poderá ser substituído pela Nota de Empenho, nos termos do Art. 95 Inciso II da Lei nº. 14.133/21.

12.2. O Contrato terá validade de 12 (doze) meses, nos termos do Art. 105º da lei 14.133/2021.

12.3. Este **Termo de Referência e seus anexos** estão vinculados ao contrato, como também a proposta do vencedor (**Art. 92º Inciso II da Lei 14.133/2021**).

12.4. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei nº 14.133, de 2021**, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (**Lei nº 14.133/2021, Art. 115º, caput**).

12.5. O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o **objeto** do contrato ou seu equivalente em que se verificarem

Elaborado por: Geane Beltrani dos Santos

Coordenadora de Relacionamentos Intitucionais – Mat. N°84



PREFEITURA DE VILHENA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA**

vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (**Lei nº 14.133/2021, Art. 119º**).

12.6. O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (**Lei nº 14.133/2021, Art. 120º**).

12.7. Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato ou seu equivalente (**Lei nº 14.133/2021, Art. 121º, caput**).

12.8. A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato ou seu equivalente (**Lei nº 14.133/2021, Art. 121º, §1º**).

13. DA GARANTIA (Art. 40º §1º Inciso III; Art. 92º Incisos XII e XIII da Lei 14.133/2021):

13.1. A Contratada ficará obrigada a garantir os padrões de qualidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, exigidas pelo órgão responsável em **cada item** especificado neste **Termo de Referência**, as quais deverão ser respeitadas, conforme direitos do consumidor, obrigando-se a substituir a todos aqueles que estiverem fora do padrão, sem quaisquer ônus para esta Fundação, até o efetivo atendimento das referidas propostas.

13.2. A contratada deve oferecer uma garantia sobre o produto e a instalação de no mínimo 2 anos.

13.3. O fornecimento dos serviços deverá observar os prazos indicados, porém, caso necessário, poderá haver negociação de ambas as partes propondo o mais adequado em prol desta Fundação para a execução do serviço solicitado, desde que não incorra em prejuízos à ordenada execução de suas atividades.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Art. 92º, Inciso XIV da lei 14.133/2021):

14.1. Fornecer o **serviço** conforme especificações, validades e preços propostos na cotação, e nas quantidades solicitadas pela CONTRATANTE.

14.2. Entregar o **serviço** estritamente no prazo estipulado, em perfeitas condições, sem indícios de avarias ou violação.

14.3. Comunicar a CONTRATANTE, no prazo Máximo de 02 (dois) dias úteis que antecedem o prazo de vencimento da entrega do **serviço**, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

14.4. O fornecedor e instalador do vidro temperado deve seguir as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), NBR 7199.

Elaborado por: Geane Beltrani dos Santos

Coordenadora de Relacionamentos Intitucionais – Mat. N°84



PREFEITURA DE VILHENA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA**

14.5. A espessura do vidro temperado deverá ser entre 8mm e 10mm, visando uma garantia prolongada e material mais durável e mais suscetível a danos.

14.6. O fornecedor ou fabricante do vidro temperado deve ter o produto certificado pelo Inmetro, atendendo às especificações de segurança estabelecidas para esse tipo de material.

14.7. A instalação e fabricação devem seguir normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), como a NBR 14698 para portas e divisórias de vidro temperado.

14.8. A empresa contratada deve apresentar atestados técnicos que comprovem a experiência e a conformidade dos produtos com as normas exigidas. Certificações de qualidade e segurança do vidro.

14.9. Responsabilizar-se por todo e qualquer ônus decorrente da entrega do **serviço**.

14.10. Responsabilizar-se, com a transportadora, pela movimentação até as dependências do solicitado, não sendo a FCV.

14.11. Assumir toda responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da adjudicação.

14.12. Garantir a qualidade do **objeto** entregue, bem como substituir qualquer **serviço** que não esteja dentro dos padrões de qualidade e conforme as condições previstas neste **Termo**.

14.13. Encaminhar via e-mail, fundacaofinanvha@gmail.com cópia da Nota Fiscal Eletrônica, Certidões de Regularidade Fiscal, Estadual e Municipal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

14.14. Ressarcir os eventuais prejuízos causados a Fundação Cultural de Vilhena- FCV e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

14.15. Aceitar e retirar a Nota de Empenho, substituta do contrato, em até três dias após sua convocação (**Art. 90º da lei 14.133/21**).

14.16. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas (**Art. 92º, Inciso XVI da Lei 14.133/21**).

14.17. Válido ressaltar que aquele que contrata com o serviço público deve manter todas as qualificações técnicas durante a vigência do contrato sob pena de cancelamento do contrato e a devida aplicação de sanções.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (Art. 92º, Inciso XIV da lei 14.133/2021):

Elaborado por: Geane Beltrani dos Santos

Coordenadora de Relacionamentos Intitucionais – Mat. N°84



PREFEITURA DE VILHENA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA**

15.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o **Termo de Referência e seus anexos**.

15.2. Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa fornecer o **serviço** dentro das especificações exigidas neste **Termo de Referência**.

15.3. Emitir nota de empenho a crédito do(s) fornecedor (es) no valor total correspondente ao material solicitado.

15.4. Encaminhar a nota de empenho para a CONTRATADA.

15.5. Conferir o **serviço** recebido e as notas fiscais se os mesmos estão de acordo com a nota de empenho.

15.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos.

15.7. Fiscalizar o **serviço** podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer, no todo ou em parte, qualquer entrega que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste **Instrumento**.

15.8. Notificar, por escrito, a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução das obrigações assumidas, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas neste **Termo de Referência**.

15.9. Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

15.10. Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste **Termo de Referência**.

15.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato ou seu equivalente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea h da Lei 14.133/2021):

16.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa por meio eletrônico, com fundamento na hipótese do **Art. 75º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**.

16.2. Serão desclassificadas as propostas que:

a) Não atendam às exigências deste **Termo** e seus Anexos;

Elaborado por: Geane Beltrani dos Santos

Coordenadora de Relacionamentos Institucionais – Mat. N°84



PREFEITURA DE VILHENA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA**

b)Sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, vícios e defeitos capazes de dificultar o julgamento;

c)Não atendam às características mínimas deste **Termo de Referência**.

17. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea h da Lei 14.133/2021):

17.1.Poderão participar desta Dispensa de Licitação os interessados do ramo de atividade relacionada ao objeto que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste **Termo** e seus Anexos e estiverem habilitados para sua participação, desde que:

a)Desempenhem atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste **Instrumento**;

b)Atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos **neste Instrumento**;

17.2. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste **Termo** e seus anexos poderão acarretar em desclassificação da empresa.

18. DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea d da Lei 14.133/2021):

18.1. Poderão participar deste certame, todas as empresas do ramo pertinente ao objeto do presente **Termo de Referência**, devidamente qualificado, mediante comprovação das regularidades fiscais, obedecendo à legislação que rege a matéria.

18.2. O não cumprimento dos prazos estabelecidos **neste Termo seus anexos** poderão acarretar em desclassificação da empresa.

18.3. Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, nos termos estabelecidos nos **Artigos 62º ao 70º da Lei 14.133/2021**:

18.4.Não poderão participar as empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

A)Suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar quando a penalidade foi aplicada pelo órgão ou entidade licitante, com fundamento no **Art. 14º, Inciso III da Lei n. 14.133/2021**;

b)Impedidas de participar de licitações ou de contratar, quando a penalidade foi aplicada por órgão ou entidade da Administração Pública Federal ou atingidas por outra vedação legal que conste do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União (CGU), do Portal da Transparência, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e/ou da Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);

Elaborado por: Geane Beltrani dos Santos

Coordenadora de Relacionamentos Institucionais – Mat. N°84



PREFEITURA DE VILHENA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA**

c) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fundamento no **Art. 14º, Inciso III da Lei n. 14.133/2021**;

d) Constituídas com o mesmo objeto e da qual participem sócios e/ou administradores de empresas anteriormente declaradas inidôneas, nos termos do **Art. 46 da Lei nº 8.443/1992**, desde que a constituição da sociedade tenha ocorrido após a aplicação da referida sanção e no prazo de sua vigência;

e) Que se enquadrem nas vedações previstas no **Artigo 14º da Lei 14.133/2021**;

f) Que se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação;

g) Que estejam reunidas em consórcio, de acordo com o **Art. 14º Inciso II da Lei 14.133/2021**, uma vez que o objeto se reveste de simplicidade e não envolve questões de alta complexidade e relevante vulto, pois as empresas isoladamente têm condições de suprir os requisitos de habilitação e não há restrição à competitividade (**Acórdãos TCU n. 2.457/2017- Plenário e n. 11196/2011-2ª Câmara**);

h) Estrangeiras que não funcionem no País;

i) Empresa que não possua sede e operação de funcionalidade.

18.5. Nos termos do **Art. 5º do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018**, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

18.6. Nos termos do Art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura CONTRATADA que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão CONTRATANTE.

19. PENALIDADES (Art. 92º Inciso XIV; Arts. 155º ao 163º da Lei 14.133/2021):

19.1. Comete infração administrativa, nos termos do **Art. 155º Lei nº 14.133/2021**, o CONTRATADO que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente;

b) Der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Elaborado por: Geane Beltrani dos Santos

Coordenadora de Relacionamentos Intitucionais – Mat. N°84



PREFEITURA DE VILHENA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA**

- c) Der causa à inexecução total do contrato ou seu equivalente;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato (ou retirar seu equivalente) ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato ou seu equivalente;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou seu equivalente;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no **Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**.

19.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções (**Art. 156º Lei nº 14.133/2021**):

- a) Advertência;
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 19.1 deste Instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (**Art. 156º, §4º da Lei 14.133/21**);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 19.1 deste Instrumento, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (**Art. 156º, §5º da Lei 14.133/21**);
- d) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias (**Art. 156º, §3º; Art. 162º da Lei 14.133/21**);
- e) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou seu equivalente, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial (**Art. 156º, §3º, Art. 162º, Parágrafo Único da Lei 14.133/21**).

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados (**Art. 156º, §1º da Lei 14.133/21**):

Elaborado por: Geane Beltrani dos Santos
Coordenadora de Relacionamentos Institucionais – Mat. N°84



PREFEITURA DE VILHENA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

19.4.A sanção prevista na **Alínea a do item 19.2 deste Instrumento** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na **Alínea a do item 19.1 deste Instrumento**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave(**Art. 156º, §2º da Lei 14.133/21**).

19.5.A sanção estabelecida na **Alínea c do item 19.2 deste Instrumento** será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima desta Autarquia, ou seja, do Diretor Geral (**Art. 156º, §6º da Lei 14.133/21**).

19.6. As sanções previstas nas **alíneas "a", "b" e "c" do subitem 19.2 deste Instrumento**, poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções previstas nas **alíneas "d" e "e" do mesmo subitem 19.2 deste Instrumento** (**Art. 156º, §7º da Lei 14.133/21**).

19.7. O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

19.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente(**Art. 156º, §8º da lei 14.133/21**).

19.9. Na aplicação da sanção prevista nas **Alíneas "d" e "e" do item 19.2 deste Instrumento**, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (**Art. 157º da lei 14.133/21**).

19.10. A aplicação das sanções previstas no **item 19.2 deste Instrumento** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública(**Art. 156º, §9º da lei 14.133/21**).

19.11. A aplicação das sanções previstas nas **Alíneas "b" e "c" do item 19.2 deste Instrumento** requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido nos termos do (**Art. 158º e seus parágrafos da Lei 14.133/2021**).

20. INFORMAÇÕES GERAIS:

20.1. Este **Termo de Referência** tem como base legal a Lei nº 14.133/2021 – (Nova Lei de licitações e contratos); Decreto de nº 11.317/2022; Lei nº 8.078/90 (Dispõe sobre a proteção do consumidor).

Elaborado por: Geane Beltrani dos Santos

Coordenadora de Relacionamentos Intitucionais – Mat. N°84



PREFEITURA DE VILHENA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA**

20.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as legislações bases citadas no **item 19.1 deste Instrumento** e demais normas aplicáveis.

20.3. Mais informações poderão ser adquiridas pelo telefone (69) 3322-1777 ou na sede da FCV – FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA, situada à Av. Tancredo Neves, nº 3845, Bairro Jardim América, em Vilhena/RO, CEP 76.980-731, em horário de expediente (07:00 as 13:00 horas).

20.4. O presente Termo de Referência foi elaborado por Geane Beltrani dos Santos mat. N°84 Coordenadora de Relacionamentos Institucionais, e aprovado por Évelyn Olímpia Medrada Teixeira Dec. nº 62.351/2024– Presidente da Fundação Cultural de Vilhena.

21. DO FORO:

21.1. Fica eleito o foro da comarca de Vilhena/RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Vilhena/RO, 14 de novembro de 2024.

Évelyn Olímpia Medrada Teixeira
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA
Decreto nº 62.351/2024/FCV

Elaborado por: Geane Beltrani dos Santos
Coordenadora de Relacionamentos Intitucionais – Mat. N°84



Assinado por: ÉVELYN OLIMPIA MEDRADA TEIXEIRA 14/11/2024
12:49:11 DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE



Assinado por: GEANE BELTRANI DOS SANTOS 14/11/2024 12:50:01
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE